

REVISÃO DO PDM DE FERREIRA DO ZÊZERE

**PARECERES DA AGÊNCIA PORTUGUESA
DO AMBIENTE
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO**

dezembro 2022

câmara municipal de ferreira do zêzere

lugar do plano, gestão do território e cultura

O presente documento constitui o relatório de análise e ponderação aos pareceres do Agência Portuguesa do Ambiente – APA, na sequência da emissão do parecer de novembro de 2022, com a referência S068204-202211-ARHTO, à Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e do parecer de dezembro de 2022, com a referência S067187-202210-ARHTO, aos pedidos de exclusão da Reserva Ecológica Nacional (REN) de Ferreira do Zêzere.

Este relatório reflete também a análise às recomendações resultantes das reuniões realizadas em 23 de novembro de 2022 e em 6 de dezembro de 2022, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDR-LVT e a APA, marcadas com vista à discussão do teor do parecer desta última entidade de novembro de 2022, particularmente no que diz respeito ao regulamento.

Para melhor compreensão, a estrutura deste documento segue a constante dos referidos pareceres, excluindo os aspetos que merecem a posição favorável da entidade.

Por conseguinte, foram ponderadas e acauteladas as sugestões apresentadas pela entidade que constituem matéria do PDM. Porém, relativamente ao **parecer com a referência S068204-202211-ARHTO**, cumpre referir o seguinte:

I - Proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal

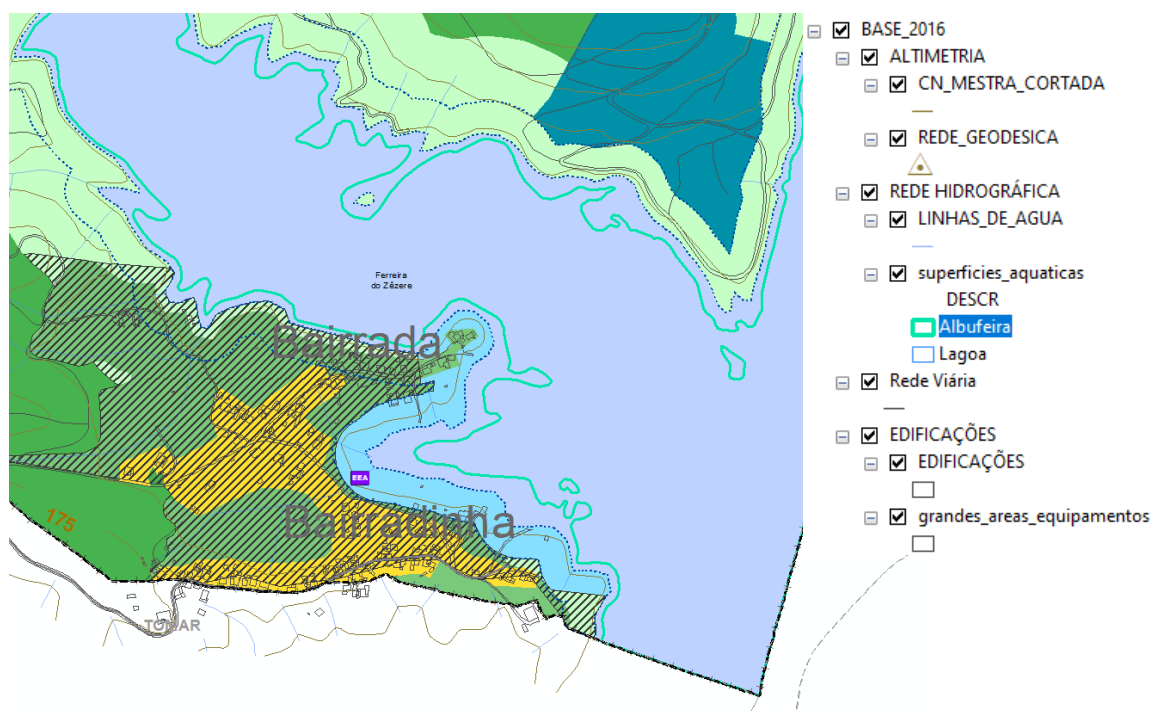
- ***Peças gráficas***

1. *Shapefiles*

a) A shapefile “Superfícies aquáticas” tem que ter o leito da albufeira ajustado à delimitação do leito do POACB (...)

PONDERAÇÃO:

A *shapefile* “Superfícies aquáticas” é proveniente da cartografia de base homologada pela Direção Geral do Território (DGT) em 23 de dezembro de 2015. As linhas que estão sobrepostas com o plano de água correspondem a linhas de nível, que não coincidem com a delimitação do leito do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode (POACB), porque resultam do facto do voo da cartografia ter sido efetuado sem a Albufeira estar no Nível de Pleno Armazenamento (Figura 1).

Figura 1 – Linhas da cartografia de base sobrepostas com o plano de águas da albufeira

Face ao exposto, a *shapefile* “Superfícies aquáticas” não foi ajustada à delimitação do leito do POACB.

*b) Na **shapefile** “Ordenamento V22” tem que ser retificada a **delimitação das relativas categorias e subcategorias de espaço**. Observa-se haver várias sobreposições não permitindo uma leitura objetiva. Por exemplo na zona de Bairradinha, “Espaços Agrícolas – de produção” sobrepõe-se indevidamente com a “Espaços Urbanos de Baixa densidade”. Nesta zona da Bairradinha deve também ser retificada a delimitação da “Espaços destinados a outras ocupações – Zona de proteção de recreio balnear. Observou-se que a zona de recreio balnear no POACB é superior à delimitação da subcategoria “Zona de proteção de recreio balnear” da **shapefile**.*

PONDERAÇÃO:

Na versão da *shapefile* “ORDENAMENTO_V27”, agora disponibilizada, não se verifica sobreposição entre “Espaços Agrícolas – de produção” com a “Espaços Urbanos de Baixa Densidade” na zona de Bairradinha.

Ademais, nesta versão foi alterada a delimitação dos “Espaços destinados a outras ocupações – Zona de proteção de recreio balnear”, por forma a coincidir com o limite da zona de recreio balnear do POACB.

2. “Planta de ordenamento: classificação e qualificação do solo” em formato pdf

- a) **Fig. 1** - Corrigir a delimitação da **zona reservada da zona terrestre de proteção da albufeira junto à ribeira de Cains** de modo a ajustar à ZR do POACB.

PONDERAÇÃO:

A Zona Reservada incluída na zona terrestre de proteção da albufeira, tem a largura máxima de 50 m, medidos na horizontal a partir do Nível de Pleno Armazenamento (NPA).

A delimitação da Zona Reservada representada na Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, resulta de um *buffer* de 50 m ao plano de água¹ que foi obtido a partir da informação vetorial dos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas, em formato *shapefile*, disponibilizada no portal da APA, <https://sniamb.apambiente.pt/content/cat%C3%A1logo>.

Face ao exposto, não foi alterada a delimitação da Zona Reservada, pelo que caso a entidade considere que esta deve ser corrigida, solicita-se o envio da *shapefile* com a delimitação pretendida.

- b) **Fig. 2** -Na zona da Bairradinha **ajustar a delimitação da Zona de proteção de recreio Balnear** à delimitação que consta no POACB.

PONDERAÇÃO:

Tal como referido anteriormente a delimitação dos “Espaços destinados a outras ocupações – Zona de proteção de recreio balnear” foi alterada de acordo com a sugestão da entidade.

- Esclarecer o **limite do leito da albufeira**. Parece-nos ter sido usada a *shapefile* “superfícies aquáticas” referida no n.º 1, e que carece de revisão.

PONDERAÇÃO:

O limite do leito da albufeira representado na Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo corresponde ao Plano de água do POACB.

¹ Plano de água - Toda a área passível de ser ocupada pela albufeira, ou seja, a área correspondente ao NPA.

- c) **Fig. 3** – *Próximo a Rio Fundeiro, manter a delimitação da zona de proteção à captação superficial que está indicada no POACB, mas retirar a delimitação da zona de proteção alargada uma vez que não está aprovada e publicada em Diário da República.*

PONDERAÇÃO:

Conforme solicitado pela entidade foi retirada a zona de proteção alargada.

- d) **Fig. 4** - *A norte de Dornes, próximo de Beco, representar a mancha de “uso agrícola na restante área” que está omissa na planta de ordenamento apresentada.*

PONDERAÇÃO:

Foi alterada a Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo de acordo com a solicitação da entidade.

- **Regulamento**

PONDERAÇÃO:

O Regulamento do PDM que se anexa ao presente documento, acautela a maioria das sugestões apresentadas pela entidade. No entanto, importa referir o seguinte:

- a) A redação dos **Artigos 15.º, 16.º, 42.º, 78.º, 81.º, 84.º e 107.º** foi alterada em conformidade com as sugestões da entidade;
- b) Foi transposta para o **Artigo 5.º** a definição de alguns conceitos que constam no POACB, designadamente: acesso pedonal consolidado, acesso pedonal construído, acesso pedonal não consolidado, acesso viário não regularizado, centro náutico, construção ligeira, construção mista, estacionamento não regularizado e estacionamento regularizado;
- c) O **Artigo 11.º** foi alterado de acordo com as sugestões da entidade, contudo não foi acrescentada a redação “na servidão de domínio hídrico e nas zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, todas as operações urbanísticas, entre outras ações que possam ser identificadas em regime específico, estão sujeitas a parecer/autorização prévio da entidade com jurisdição nessa matéria”, visto que se considera que são sempre licença até pelo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e sujeitas a parecer em razão da localização;

- d) Foi reformulada a redação do **Artigo 22.º**, designadamente com a eliminação das alíneas a) e b).

Relativamente à transposição das normas aplicáveis do artigo 10.º do POACB, nas fichas de identificação das normas dos PEOT a transpor para PMOT disponibilizadas pela CCDR-LVT, é referido que apenas o n.º 1 deve ser considerado no conteúdo regulamentar do PDM. No que diz respeito, à alínea b) do n.º 2, alusiva “à interdição de rejeição de qualquer tipo de efluentes de origem doméstica e industrial na zona (terrestre) de proteção à captação”, esta é mencionada como uma norma a “não considerar” dado que “Consta de legislação específica em vigor para todo o território nacional”.

Face ao exposto, foi apenas transposto o n.º 1 artigo 10.º do POACB para o regulamento do PDM.

- e) No **Artigo 79.º** foi mantida a redação porque considera-se que o pretendido pela entidade está acautelado quando se refere “e sem prejuízo de legislação específica em vigor e das ações interditas neste Regulamento”.

II - Relatório Ambiental

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
Constata-se que o RA se encontra bem identificado, com contextualização adequada relativamente ao plano em causa e à fase do procedimento de AAE em que se encontra. No entanto, julga-se ser uma mais-valia a indicação explícita da Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, pelo que esta deve ser incluída na próxima versão do RA.	Incluída a equipa técnica.

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
<p>O RA é acompanhado de um documento chamado de “Relatório Não Técnico”, que se julga corresponder ao “Resumo Não Técnico” (RNT) previsto no art.º 6º do Regime Jurídico de AAE (Decreto-Lei n.º 232/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio), pelo que importa retificar esta designação. Considera-se o documento muito extenso e técnico. Relembra-se que este deve ser sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos, acessível a todos os públicos.</p>	<p>Atualizado o RNT, no que diz respeito ao título e à natureza do documento.</p>
<p>Embora seja referido nas págs. 13 e 15 o Guia de melhores práticas para AAE (APA, 2013), este não aparece nas referências bibliográficas, aspeto a completar.</p>	<p>Atualizadas as referências.</p>
<p>Dado o intervalo de tempo que se passou entre a anterior versão do RA (maio de 2018) e esta versão agora disponibilizada, verifica-se que existem aspetos a atualizar, nomeadamente no Quadro de Referência Estratégico (QRE).</p> <p>Relativamente aos documentos de orientação utilizados para esta AAE, para além dos guias mencionados, sugere-se ter ainda em consideração os seguintes documentos e informação técnica, que deverá ser refletida na bibliografia do RA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, DGT, 2020 - disponível no sítio eletrónico da DGT; 	<p>Atualizado de acordo com as indicações.</p>

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
<ul style="list-style-type: none"> • Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0, DGT, 2021; • ‘Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais’, publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT), disponível no sítio eletrónico da DGT; • ‘Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas’, da APA, datada de abril 2020. • ‘Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas’, da APA, datada de abril 2020. 	
<p>No capítulo 1 – Introdução – deverá ser referido que o Decreto-Lei n.º 232/2007, que define o Regime Jurídico de AAE, já foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2001, de 4 de maio.</p>	<p>Atualizado de acordo.</p>
<p>Na figura 1, que apresenta as principais fases da AAE, deve retificar-se que o objetivo da fase 4, de seguimento, é avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do plano e não a monitorização do próprio plano. São dois processos distintos, com objetivos diferentes.</p>	<p>Atualizado de acordo com as indicações.</p>
<p>Na página 21 é referido que a “A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da internet do município”. No entanto, importa retificar que a Declaração Ambiental deve ser não só enviada à APA,</p>	<p>Atualizado de acordo com as indicações.</p>

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
<p>mas também às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.</p>	
<p>No capítulo 5 (Definição dos Fatores Críticos para a Decisão), pág. 35, é referido que “No âmbito da elaboração do RFCD, e nos pareceres emitidos em consulta pública, foram definidos oito FCD, com os respetivos critérios de sustentabilidade, tendo por base a metodologia acima enunciada”. No entanto, mais à frente (pág. 42) são apresentados 7 FCD, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade e Conservação da Natureza • Ordenamento e Qualificação do Território • Desenvolvimento económico e social • Património e Paisagem • Qualidade Ambiental • Energia e Alterações Climáticas • Riscos Naturais e Tecnológicos 	Corrigido
<p>Em relação ao QRE, concorda-se globalmente com os documentos identificados e elencados no Quadro 2. Porém, como já anteriormente referido, entre 2018 e 2021, algumas referências ficaram desatualizadas, sendo necessário proceder a esta atualização e respetivos objetivos estratégicos.</p> <p>Assim, sugere-se que sejam revistos e considerados adicionalmente, os seguintes aspetos no QRE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os instrumentos elencados no Quadro 2 e no Anexo não têm total correspondência. Por exemplo, a ENAR e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que resultaram do anterior parecer da APA, não constam da 	Foram atualizados os instrumentos já em vigor.

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
<p>análise efetuada no Anexo, aspeto a completar.</p> <p>- Algumas das referências legais apresentadas encontram-se desatualizadas. Por exemplo:</p> <p>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, que revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.</p> <p>. A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio.</p> <p>. A Estratégia Turismo 2027 (ET2027), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, é o referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década.</p> <p>- A referência ao PEAASAR 2020 deve ser alterada para “PENSAAR 2020”. Este plano encontra-se em revisão.</p> <p>- Deve ser tido em consideração o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações – RH5 (PGRI), pelo que importa acrescentá-lo.</p> <p>- Em Portugal, as orientações fundamentais da política de resíduos são dadas pelos seguintes instrumentos:</p> <p>. Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR);</p> <p>. Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU);</p> <p>. Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU), que vem substituir os anteriores planos sectoriais (Resíduos Hospitalares e Resíduos Industriais);</p> <p>. Estratégia para os Biorresíduos.</p>	

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
<p>A referência ao PERSU 2020 deve ser atualizada para PERSU 2020+, Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho de 2019. Este Plano constitui um ajustamento às medidas vertidas no PERSU 2020, aprovado pela portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, com vista a corrigir a presente trajetória e projetar o esforço na concretização das novas metas estabelecidas. Informa-se, no entanto, que este plano se encontra em revisão.</p> <p>- Verifica-se que em matéria de alterações climáticas, o QRE apenas aborda o PNAC e a ENAAC. No entanto, importa referir que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, que aprovou o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), que também deve ser considerado nesta Avaliação Ambiental, decidiu revogar o PNAC 2020/2030, aprovado pela RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, bem como o PNAEE e o PNAER, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021, pelo que estes planos poderão ser retirados do QRE.</p> <p>Deve, também, ser tida em consideração que a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020), aprovada pela RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela já referida RCM n.º 53/2020, de 10 julho.</p> <p>O QRE não faz referência ao Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), aprovado pela RCM n.º 107/2019, de 1 de julho, que explora a viabilidade de trajetórias que conduzem à neutralidade carbónica, identifica os principais vetores de descarbonização e estima o potencial de</p>	<p>Atualizado de acordo com as indicações.</p>

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
<p>redução dos vários setores da economia nacional, como sejam a energia e indústria, a mobilidade e os transportes, a agricultura, florestas e outros usos de solo, e os resíduos e águas residuais. Desta forma, o Quadro 2 e os Anexos devem ser atualizados com as disposições do RNC 2050.</p> <p>Ainda em termos de adaptação, a AAE não considerou o Programa de Ação para as Alterações Climáticas 2020-2030 (P-3AC), aprovado pela RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto. Este programa complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020, tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar medidas de adaptação, através de diversas medidas integradas em nove linhas de ação. Posto isto, o QRE deve ser atualizado também com as disposições do P-3AC.</p>	
<p>16. No que respeita ao FCD “Qualidade Ambiental”, a terminologia “Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)” deve ser alterada para “Resíduos Urbanos (RU)”.</p>	Atualizado
<p>18. Relativamente ao FCD “Riscos Naturais e Tecnológicos”, embora não existam atualmente no Concelho estabelecimentos abrangidos pelo Regime Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves, importa retificar a referência ao Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho. Este diploma encontra-se revogado pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente.</p>	Atualizado

Parecer da APA	Ponderação da Câmara Municipal
<p>Neste âmbito sugere-se ter em conta um ou mais dos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, em número;• Distância entre estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, e as zonas residenciais, locais de utilização pública e vias de comunicação, em metros;• Pessoas expostas aos cenários de acidente em estabelecimentos envolvendo substâncias perigosas, em número.	

Relativamente ao **parecer com a referência S067187-202210-ARHTO**, importa referir que se considera que ficou salvaguardado em regulamento, no n.º 3 do artigo 42.º, que nas áreas coincidentes com a tipologia da REN, áreas estratégicas de infiltração, de proteção e de recarga de aquíferos, e com o sítio da Rede Natura 2000 – Sicó-Alvaiázere, e na impossibilidade de ligação ao sistema de drenagem e tratamento público, não podem ser utilizados sistemas de rejeição de efluentes por infiltração no solo.

Posto isto, anexam-se ao presente relatório os elementos que refletem o resultado da respetiva análise e ponderação aos pareceres da APA anteriormente referidos e que incluem também os esclarecimentos obtidos nas reuniões realizadas em 23 de novembro de 2022 e em 6 de dezembro de 2022, designadamente:

1. Regulamento;
2. Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo;
3. Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico.